

A FORMAÇÃO DO NÚCLEO AGRO-EXPORTADOR CAFEEIRO E A PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930): APONTAMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO.

Leonardo Carneiro da Cunha

da Universidade Federal de Pernambuco

Marcado por seu passado colonial, o Brasil se apresenta até 1930 como uma justaposição de núcleos agrários — exportadores caracterizados não só por níveis diversos de desenvolvimento, como também pelas peculiaridades das suas relações de produção e dominação, pela debilidade das suas articulações e pelos conflitos de interesses entre eles e o governo central. Tais conflitos são antigos, e se não afloram já com a Independência, é porque ela se resolve por meio de uma transferência relativamente pacífica de poder que não exige luta militar prolongada. A medida, porém, de tais conflitos, pode ser fornecida pela Revolta Farroupilha (1835 - 1845), em que fabricantes de charque da Campanha gaúcha declaram guerra ao governo do Rio de Janeiro, à base de sua disputa pelo mercado interno do produto — o único a poder protegê-los contra a avassaladora concorrência argentina e uruguaia. A competição entre os charqueadores gaúchos, argentinos e uruguaios, se desdobra, aliás, por todo o Segundo Reinado (1840 - 1889) e a Primeira República (1889 - 1930). Em 1921 os representantes do Rio G. do Sul no Congresso nacional forçam a passagem de uma emenda restringindo a entrada do charque argentino e uruguaio no país, contra o que se insurgem parlamen-

tares da Bahia, Alagoas e Pernambuco, argumentando que o charque gaúcho é vendido nas praças do Nordeste por quase duas vezes o preço do charque argentino e uruguaio (1). Entretanto, como outras medidas visando defender produtos secundários (borracha, cacau, algodão, açúcar, fumo, mate, etc.) aprovadas à época pelo Congresso, a defesa do charque acaba ficando também no papel. As definições e as redefinições de peso de cada núcleo no interior da economia e da sociedade brasileira, são essencialmente estabelecidas de fora pelas necessidades de acumulação e de reprodução do capital comercial inglês (2) e pela direção assumida pela procura mundial de alimentos e matérias-primas. Assim, quando durante o transcorrer do século XIX, o capital inglês ligado ao negócio do açúcar começa a centrar sua atenção nas zonas produtoras do Caribe (Antigua, Barbados, Granada, etc.), o centro-sul mineiro se redefine economicamente à base da produção de café, cuja ampliação da procura entre os anos 50 a 90 do século XIX deriva de uma constelação favorável de causas: a recuperação das economias ocidentais a partir de 1857, a redução da oferta não-brasileira de café (3), o fornecimento de café em pacotes facilitando sua aquisição, preparação e contribuindo para generalizar seu consumo (4) e a evolução quantitativa e qualitativa da população dos Estados Unidos, que não só triplica no período considerado (de 23 para 70 milhões de indivíduos), como também revela uma nítida tendência para envelhecer — fato que também contribui para aumentar o consumo de café. Ao redefinir-se o produto, também se redefinem no interior do país as relações de poder: os latifundiários nordestinos ligados à economia do açúcar são deslocados de sua posição regional (15) e nacional de dominância, enquanto que o controle econômico e político passa a ser exercido pelos latifundiários ligados à economia do café em que se centra, agora, os interesses do capital inglês.

A cafeicultura se concentra, inicialmente, no vale fluminense e paulista do rio Paraíba, dada a existência de recursos ociosos representados por terra, braços e redes de caminhos deixados em disponibilidade pela desagregação da economia mineira. Do vale, onde se localiza, no princípio, o centro de gravidade da economia do café, se desloca para o Oeste de São Paulo — zona que estende-se, pelos trilhos da Cia. Paulista, de Campinas a Rio Claro, São Carlos, Araraquara e Catanduva, e pela Estrada de Ferro Mogiana, de Campinas a Piraçununga, Casa Branca, e Ribeirão Preto, para onde aflui uma população diversificada, por vezes sem nenhuma tradição agrícola (comerciantes, tropeiros, médicos, advogados que se improvisam em fazendeiros) levando para o campo seu equipamento mental (6), ao mesmo tempo que favorece a propagação de idéias (Abolição, República, Federação, Reforma Eleitoral, etc.) que representam a satisfação dos seus anseios e a possibilidade de ampliação dos seus projetos de dominação. Dentre os fatores de deslocamento do eixo da economia cafeeira para o Oeste de São Paulo, os seguintes são os mais significativos: a rápida exaustão do solo, produzida entre outras razões pela monocultura; a sangria de recursos do vale do Paraíba, pelas áreas de desenvolvimento pioneiro do Oeste Paulista e o desencontro entre a necessidade de expandir os cafezais de modo a satisfazer a demanda internacional em processo de ampliação e a escassez de mão-de-obra. A cafeicultura retoma as bases da organização da produção açucareira: a grande propriedade, o padrão de crescimento da produção mediante a incorporação de mão-de-obra e aumento da área cultivada, e não da produtividade e, pelo menos em seu estágio formador no vale do Paraíba, o trabalho escravo, num momento, porém, em que este já está irremediavelmente comprometido, não apenas pelo fato de que a população escrava cresce pouco (7), e porque a alforria atua pelos fins do século XIX, como um poderoso fator redutor da população escrava (a população negra livre, que representa 12% do total da população em 1800, representa já 45% do total em

1872), como também pelas pressões inglesas contra o Tráfico (8) e pela Lei Eusébio de Queiroz (1850), que atropelam o desenvolvimento da economia cafeeira no vale do Rio Paraíba. A alta violenta do preço do escravo, por outro lado, inutiliza a continuidade de suprimento de mão-de-obra através do tráfico interprovincial e da drenagem da massa escrava dos engenhos nordestinos para o vale do Paraíba. Outra, entretanto, é a situação do Oeste de São Paulo, onde a imigração e o movimento espontâneo de Libertação adquirem consistência muito antes da promulgação da Lei Áurea, onde a produção de café é dinamizada a partir dos anos 70 do século XIX, quando a Abolição está praticamente consumada, e que sensível ao problema de braços para a lavoura cafeeira em expansão, e às vantagens que apenas podem ser satisfeitas através da conquista do aparelho de Estado (9) passa, a partir de 1870, a colocar claramente suas exigências: solução para a questão da mão-de-obra à base da imigração européia; separação entre a Igreja e o Estado — pois o fluxo imigrante proveniente da Europa reformada se ressentia do fato de ser o catolicismo declarado no Brasil religião oficial; controle da política monetária e dos instrumentos de câmbio para garantir a continuidade das exportações de café, apesar das flutuações de preço e procura externos; expansão do meio circulante para assalariar o trabalhador imigrante; aval para empréstimos no exterior; descentralização política (10) e Reforma Eleitoral (11).

NOTAS

(1) V. **Anais da Câmara dos Deputados**, vol. XIII, Rio, 1921 e **Anais do Senado**, vol. I, Rio, 1922.

(2) As seguintes razões parecem justificar o desinteresse dos ingleses na área produtora. A primeira delas decorre do retardamento da Abolição no Brasil, onde a manutenção de relações escravistas de produção torna pouco estimulante a aplicação forma a partir da Depressão de 1873, forçando os ingleses a preferirem o seu próprio de capitais. A segunda decorre da competição intrainperialista que começa a adquirir forma a partir da Depressão de 1873, forçando os ingleses a preferirem o seu próprio Império como zona de investimento, sobretudo em se tratando de lavouras tropicais. E dada, finalmente, a instabilidade do preço do café, no mercado mundial pelos menos até 1906, ano da primeira "valorização" — não parece atraente aos ingleses investir em lavouras de café, capitais que podem ser mais lucrativamente investidos noutros setores, para financiar, inclusive, as operações "valorizadora" do artigo realizadas ao longo da Primeira República: as de 1906, 1917 e 1921. V. **Eric Hobsbawm, Industrie und Empire 2, Britische Wirtschaftsge schichte seit 1750**, Suhrkamp Verlag, Frankfurt, 1977, pg. 27; **Antonio Delfim Neto, Ensaios sobre o Café e Desenvolvimento Econômico**, Rio, 1973; **Paul Singer, O Brasil no Contexto de Capitalismo Internacional 1889-1930**, in: **O Brasil Republicano**, vol. I, Estrutura de Poder e Economia 1889-1930, Difel, São Paulo, 1977.

(3) Dentre os fatores de redução da oferta não-brasileira de café devem ser referidos a infestação dos cafezais asiáticos e antilhanos pela "elachista cofeela" e a desorganização do mercado produtor haitiano (até então o maior do mundo) decorrente dos levantes de escravos e destruição de fazendas. V. **Celso Furtado, Formação Econômica do Brasil**, Cia. Editora Nacional São Paulo, 1977, pg. 177.

(4) V. Antonio Delfim Neto, op. cit. pgs. 50-51.

(5) O esvaziamento da fração da classe proprietária ligada à economia do açúcar, também se deve à Revolução Industrial e à interrupção do suprimento de algodão norteamericano à Inglaterra, causada pelas guerras de Independência e de Secessão dos Estados Unidos. Durante a Guerra de Independência, o Recife se torna o segundo maior porto exportador de algodão do país: o primeiro é São Luís do Maranhão. Pelos fins do

século XVIII, o valor das exportações de algodão através do porto do Recife é estimado em 1.623.800 onças/ouro, representando 1/4 a mais que as exportações de açúcar no ano mais favorável de safra durante o decorrer do século XVIII: 1710. Durante o começo do século XIX, o algodão representa 56% das exportações saídas pelo porto do Recife. A Revolução Industrial e as guerras de Independência e de Secessão nos Estados Unidos, inserem o sertão nordestino no circuito internacional de matérias-primas à base da produção de algodão (comercializado em caráter monopolístico por grandes firmas inglesas, entre as quais Machine Cotton) e ampliam enormemente a base de poder dos latifundiários ligados à economia do algodão. V. o excelente estudo de **Francisco de Oliveira, Elegia para uma Re (li) gião**, Paz e Terra, Rio, 1978; e **R. Levine, A Velha Usina**, Paz e Terra, Rio, 1978, pg. 69.

(6) V. sobre a natureza pioneira do Oeste paulista, **P. Mombeig, Pionniers et Planteurs** de S. Paulo, Paris, 1952.

(7) As condições sociais prevalecentes no Brasil durante o século XIX exercem, certamente, influências sobre os índices inexpressivos de reprodução da população escrava. Poucos casamentos entre escravos são reconhecidos e a perspectiva de fundação de famílias, extremamente limitada. Além disto, o coeficiente de mortalidade infantil entre os escravos é muito alto. V. **Thomas Merrick e Douglas Graham, População e Desenvolvimento no Brasil: uma perspectiva histórica**, in: **Paulo Neuhaus** (coord.) **Economia Brasileira: uma Visão Histórica**, Ed. Campus, Rio, 1980, pg. 52.

(8) A partir de meados do século XIX, a Inglaterra vive uma fase particularmente favorável de desenvolvimento comercial industrial e tem, portanto, interesse não só em represar na África tanta mão-de-obra quanto possível para produzir matérias-primas baratas para sua indústria, como também em alargar o mercado consumidor para as suas manufaturas. O escravo é péssimo consumidor de produtos ingleses pois nada recebe pelo seu trabalho.

(9) Estado considerado aqui, não como instituição estabelecida no interesse de toda a sociedade com o fito de mediar antagonismos a que a própria vida social dá lugar, mas como mecanismo de dominação sobre indivíduos e capaz de usar a força se preciso, para a manutenção de um quadro dado de relações de classe e/ou propriedade, em que a classe ou fração de classe que ocupa posição-chave no processo produtivo, modela o Estado que impõe ao restante da sociedade as relações de produção (propriedade, circulação, apropriação de trabalho excedente, tributação, etc.) do seu interesse.

(10) As exigências relativas à autonomia política derivam certamente da percepção de que os fazendeiros do Oeste paulista podem aumentar consideravelmente os seus recursos financeiros, tratando diretamente com os comandantes estrangeiros, e não através do governo do Rio de Janeiro, como ocorre até então. Pior que isto, entretanto, parece aos fazendeiros da Mogiana e da Paulista a desproporção entre a renda arrecadada que se evade para os cofres do governo central e os gastos realizados pelo governo central com São Paulo: a Província paga anualmente 20 mil contos ao governo do Império, dele recebendo somente 3 mil. Apenas a Alfandega da cidade de Santos cobre em 3 meses, todas as despesas realizadas pelo governo do Rio de Janeiro com São Paulo durante 1 ano. V. **Emilia Viotti da Costa, Da Monarquia à República**, Liv. Ed. de Ciências Humanas, S. Paulo 1978, pg. 314.

(11) A população de S. Paulo é a que mais cresce no Império entre 1872 e 1889: 35%.

Apesar disto, a Província é má representada politicamente junto ao governo imperial. As vésperas da Proclamação da República, o Senado do Império dispõe de 59 senadores, dos quais somente 3 vêm de S. Paulo. O número de representantes paulistas no Senado, é igual ao número de representantes paraenses, e é duas vezes menor que o número de representantes da Bahia (6), e Pernambuco (6). Pernambuco tem 13 deputados na Câmara Geral do Império, a Bahia 14, o Rio de Janeiro 12, e S. Paulo apenas 9. Cada deputado nordestino representa, em média, 800 eleitores, e cada deputado paulista, 1500 eleitores e mais de 166 mil habitantes, quase o dobro da população do E. Santo três vezes mais que a população do Amazonas que elegem, cada um, dois deputados. Cada senador paulista representa 380 mil pessoas, 5 vezes mais que a população do Rio G. do Norte. V. **Emília Viotti da Costa**, op. cit. pg. 314.